



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



RELATÓRIO MENSAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALBERTINA / MG

MÊS DE REFERÊNCIA

OUTUBRO DE 2013



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



ÍNDICE

I. APRESENTAÇÃO.

II. INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRELIMINARES.

III. RELATÓRIO MENSAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

IV. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

**V. RELATÓRIO MENSAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO,
COM A SÍNTESE DE FALHAS E INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS E
A ADOTAR PARA CORRIGI-LAS E PREVENI-LAS.**



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



I. APRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Município - CGM é o órgão responsável pelas ações de controle interno da Prefeitura do Município de Albertina/MG. Ela tem como único integrante o servidor Adival Aparecido de Oliveira, o qual foi nomeado para o cargo de controlador interno pela Portaria nº1.868, de 1º de setembro de 2009. Até que outros servidores sejam lotados nesta Controladoria Geral, designados na forma do caput do art. 15 da Lei nº1.041, de 1º de junho de 2010, ou ainda, sejam nomeados integrantes em razão da realização de concurso público para preenchimento das vagas de agentes auxiliares de controle interno, registra-se que este controlador interno age sozinho na execução de seus serviços, nos termos do que determina o §5º do artigo 15 da Lei nº1.041/2010.

Considerando-se as atribuições do controlador interno definidas no Anexo LI da Lei Complementar nº003, de 19 de outubro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº009, de 17 de dezembro de 2008; as prerrogativas da Controladoria Geral do Município, mediante o que determina a Lei nº1.041/2010; as atribuições do órgão de Controle Interno definidas nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição da República de 1988; o disposto no art. 59 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 - LRF; os arts. 75 a 80 da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964; o disposto na Lei Complementar nº102, de 17 de janeiro de 2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais); a Lei Orgânica do Município; as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, e ainda, as Instruções Normativas desta CGM, adota-se para este trabalho o método de verificação por amostragem.

O Relatório Mensal da Controladoria Geral do Município de Albertina referente ao mês de **outubro de 2013** contém os resultados obtidos mediante o acompanhamento e a avaliação dos controles existentes em cada Secretaria, Departamento ou Setor. Contém ainda uma análise sobre as medidas adotadas ou a adotar, tendo estas a intenção de sanear distorções porventura encontradas entre as normas escritas e os procedimentos adotados no desenvolvimento das atividades.

A Controladoria Geral do Município procedeu a inspeção nos processos de arrecadação de receitas, ordenamento de despesas e demais atos e fatos administrativos



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



praticados pela Prefeitura, bem como observou o cumprimento da legalidade a que está sujeita no seu âmbito de atuação. Após análise e verificação de dados e balancetes do Município, tendo em vista a exigência de acompanhamento e avaliação de atividades contidas no inciso XII, do art. 5º da IN nº08/2003 do TCEMG, emite-se o Relatório Mensal do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, por meio desta Controladoria.

Foram examinados os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pela Administração Municipal quanto a legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade, impessoalidade, moralidade, equidade, efetividade, publicidade e transparência, bem como suas demonstrações contábeis referentes ao período de **1º/10/2013 a 31/10/2013**, por amostragem.

Os trabalhos realizaram-se com base nos procedimentos e rotinas estabelecidos nas Instruções Normativas desta Controladoria Geral do Município, quando verificou-se: balancetes mensais, livros, arquivos, fichas, memoriais de receita, notas de empenho e respectivos comprovantes de despesas, tabelas, processos licitatórios, extratos bancários, instrumentos e documentos relativos a convênios e contratos, movimentações patrimoniais e de materiais, e ainda outros documentos e informações. Os casos e documentos foram verificados de acordo com a realidade fática pertinente as matérias inspecionadas, sempre por amostragem.

Pelos exames realizados e informações colhidas junto aos responsáveis de cada serviço, apresenta-se o Relatório Mensal da Controladoria Geral do Município de Albertina, Estado de Minas Gerais, o qual contém a descrição sucinta da situação encontrada, os comentários sobre as inconformidades levantadas e as recomendações das medidas a adotar para corrigi-las e preveni-las, quando for o caso.

Espera-se pelo aprimoramento dos controles internos de cada Secretaria, Departamento ou Setor, buscando-se a redução de custos e o melhoramento das práticas contábeis e administrativas, a fim de se garantir eficiência e eficácia na realização dos serviços públicos do Município, bem como garantir-se a supremacia do interesse público sobre o particular de modo a que se alcance a satisfação do cidadão.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



II. INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRELIMINARES

1. Dados da entidade:

Nome: Município de Albertina

Órgão: Prefeitura Municipal

CNPJ: 17.912.015/0001-29

Endereço: rua Luiz Opúsculo, nº290, centro, Albertina/MG

CEP: 37.596-000

População do Município: 3.147 habitantes

Fonte:

(http://www.tce.mg.gov.br/index.asp?cod_secao=1L&tipo=2&url=Fiscalizando_TCE_New/index.asp&cod_secao_menu=3),
acesso em 30/08/2013.

2. Período analisado:

1º/10/2013 a 31/10/2013.

3. Natureza:

Relatório Mensal da Controladoria Geral do Município.

4. Controladoria Geral do Município: CGM

Controlador Interno: Adival Aparecido de Oliveira

Identificação: CRC/MG 65.663 - OAB/MG 77.373 - MASP 14.003

Membros: Não há outros integrantes na CGM, o controlador interno atua individualmente.

5. ORDENADOR DE DESPESA - ÚNICO

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rovilson Edivino Ferreira	472.665.036-04	Prefeito Municipal	1º/10/2013 a 31/10/2013

OBS. NÃO HÁ ORDENADORES DE DESPESAS POR DELEGACÃO.

6. RESPONSÁVEL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Não há	Não há	Não há	1º/10/2013 a 31/10/2013

7. RESPONSÁVEL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Portaria nº3.554, de 16/07/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Paulo César Guerino	901.007.196-00	Secretário de Educação	1º/10/2013 a 31/10/2013

8. RESPONSÁVEL - SECRETARIA DE SAÚDE - Portaria nº3.505, de 21/05/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Líria da Costa Machado	079.657.486-30	Secretária de Saúde	1º/10/2013 a 31/10/2013

9. RESPONSÁVEL - CHEFIA DO GABINETE

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Não há	Não há	Não há	1º/10/2013 a 31/10/2013

10. RESPONSÁVEL - ASSESSORIA JURÍDICA - Portaria nº3.389, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Ana Luisa Bueno Domingues	357.828.278-23	Assessora Jurídica	1º/10/2013 a 31/10/2013



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

11. RESPONSÁVEL - CONTABILIDADE - Portaria nº3.382, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Wagner Alexandre dos Santos	984.567.686-34	Ag. Administrativo V	1º/10/2013 a 31/10/2013

O responsável pela Contabilidade da Prefeitura é Técnico em Contabilidade registrado junto ao CRCMG sob o nº 81.836.

12. RESPONSÁVEL - TESOUREARIA - Portaria nº3.383, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Ronaldo Esperança	413.681.936-68	Ag. Administrativo V	1º/10/2013 a 31/10/2013

13. RESPONSÁVEL - SERVIÇOS URBANOS E RURAIS - Portaria nº3.380, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Paulo César Megliáceo de Carvalho	192.395.806-20	Fiscal Obras e Serviços	1º/10/2013 a 31/10/2013

14. RESPONSÁVEL - TRANSPORTES - Portaria nº3.459, de 15/02/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Paulo César Megliáceo de Carvalho	192.395.806-20	Fiscal Obras e Serviços	1º/10/2013 a 31/10/2013

15. RESPONSÁVEL - ASSISTÊNCIA SOCIAL - Portaria nº3.451, de 06/02/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Daniela Bergamin de Pádua	077.347.116-26	Assistente Social	1º/10/2013 a 31/10/2013

16. RESPONSÁVEL - SETOR DE OBRAS - Portaria nº3.381, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Wagner Bertucci	644.621.616-53	Engenheiro civil	1º/10/2013 a 31/10/2013

17. RESPONSÁVEL - SETOR DE TRIBUTAÇÃO - Portaria nº3.573, de 23/08/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rosaete Furlaneto Gonçalves dos Santos	065.098.928-71	Ag. Administrativo IV	1º/10/2013 a 31/10/2013

18. RESPONSÁVEL - SETOR DE PESSOAL - Portaria nº3.385, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Regivani Campanhari Fulaneti	043.416.146-22	Ag. Administrativo V	1º/10/2013 a 31/10/2013

19. RESPONSÁVEL - SETOR DE PATRIMÔNIO - Portaria nº3.386, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Vera Lúcia Domingues de Oliveira	195.514.988-79	Fiscal Post Trib Patrimônio	1º/10/2013 a 31/10/2013

20. RESPONSÁVEL - SETOR DE CULTURA - Portaria nº3.485, de 19/04/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Paulo Cezar Guerino	901.007.196-00	Diretor Escolar	1º/10/2013 a 31/10/2013

21. RESPONSÁVEL - SISTEMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA TRIBUTÁRIA - Portaria nº1.621, de 10/10/2008

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Maristela Luiz	032.896.456-57	Ag. Administrativo II	1º/10/2013 a 31/10/2013

22. RESPONSÁVEL - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - Portaria nº1.621, de 10/10/2008

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Maristela Luiz	032.896.456-57	Ag. Administrativo II	1º/10/2013 a 31/10/2013

23. RESPONSÁVEL - INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - Portaria nº3.512, de 27/05/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Maristela Luiz	032.896.456-57	Ag. Administrativo II	1º/10/2013 a 31/10/2013

24. RESPONSÁVEL - SETOR DE COMPRAS - Portaria nº3.387, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Maria Gabriela Teixeira de Oliveira	063.287.356-69	Auxiliar Administrativo	1º/10/2013 a 31/10/2013

25. RESPONSÁVEL - SETOR DE ALMOXARIFADO - Portaria nº3.388, de 02/01/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Vanusa Aparecida de Souza Brentegani	854.988.906-72	Ag Administrativo I	1º/10/2013 a 31/10/2013



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

26. RESPONSÁVEL - PREGÃO E EQUIPE DE APOIO - Portaria nº3.376, de 02/01/2013, Portaria - nº3.605, de 04 de outubro de 2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Regivani Campanhari Fulaneti	043.416.146-22	Pregoeira	1º/10/2013 a 06/10/2013
Ronaldo Esperança	413.681.936-68	Pregoeiro	07/10/2013 a 26/10/2013
Regivani Campanhari Fulaneti	043.416.146-22	Pregoeira	27/10/2013 a 31/10/2013
Ana Maria Rodrigues de Almeida	956.602.916-00	Mem Equipe Apoio	1º/10/2013 a 31/10/2013
Aline Aparecida Carmo Gastão	111.098.916-44	Mem Equipe Apoio	1º/10/2013 a 31/10/2013

27. RESPONSÁVEL - LICITAÇÕES E CONTRATOS - Portaria nº3.594, de 26/09/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Wagner Alexandre dos Santos	984.567.686-34	Ag. Administrativo V	1º/10/2013 a 31/10/2013

28. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - Portaria nº3.594, de 26/09/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Wagner Alexandre dos Santos	984.567.686-34	Presidente	1º/10/2013 a 31/10/2013
Ronaldo Esperança	413.681.936-68	Vice-presidente	1º/10/2013 a 31/10/2013
Rosaete Furlaneto Gonçalves dos Santos	065.098.928-71	Membro	1º/10/2013 a 31/10/2013
Paulo César Megliáceo de Carvalho	192.395.806-20	Suplente	1º/10/2013 a 31/10/2013
Joelma Aparecida dos Santos	070.767.956-71	Suplente	1º/10/2013 a 31/10/2013

29. RESPONSÁVEL - INTERRUPÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - Portaria nº3.606, de 08/10/2013

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Marcelo Pighi	035.269.486-66	Oficial Esp.	09/10/2013 a 31/10/2013

30. PRAZOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBRIGAÇÕES E RECESSOS	PRAZO/PERÍODO	LEGISLAÇÃO
Opção dos Poderes Executivo e Legislativo para elaboração e publicação do RGF.	semestral	Art. 10 da IN nº12/08 do TCEMG e art. 63, inciso II, alínea b da LRF
Opção do Poder Executivo para elaboração e publicação dos demonstrativos que acompanham o RREO.	semestral	Art. 10 da IN nº12/08 do TCEMG e art. 63, inciso II, alínea c da LRF



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



III. RELATÓRIO MENSAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. Receitas

1.1. A receita orçamentária efetivamente arrecadada no mês de outubro foi de R\$727.734,89 (setecentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos), conforme se extraiu do Balancete da Receita.

1.2. Analisando-se a arrecadação de cada uma das receitas no mês, em comparação com a previsão, tem-se o seguinte resultado no quadro abaixo:

Descrição da Receita	Valor Previsto Mês = 1	Valor Arrecadado Mês = 2	Diferença = (1-2)
Receitas Correntes	R\$834.910,00	R\$841.797,44	(R\$6.887,44)
Receita Tributária	R\$54.490,00	R\$65.678,08	(R\$11.188,08)
Receita de Contribuições	R\$5.500,00	R\$4.676,56	R\$823,44
Receita Patrimonial	R\$7.220,00	R\$15.740,22	(R\$8.520,22)
Receita Agropecuária	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Receita Industrial	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Receita de Serviços	R\$17.200,00	R\$24.408,15	(R\$7.208,15)
Transferências Correntes	R\$742.200,00	R\$728.204,80	R\$13.995,20
Outras Receitas Correntes	R\$8.300,00	R\$3.089,63	R\$5.210,37
Receitas de Capital	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Operações de Crédito	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Alienação de Bens	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Amortização de Empréstimos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Transferências de Capital	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outras Receitas de Capital	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Dedução FUNDEB	(R\$118.140,00)	(R\$114.062,55)	(R\$4.077,45)
Total	R\$716.770,00	R\$727.734,89	(R\$10.964,89)

1.3. Análise comparativa da Meta Mensal de Arrecadação:

1.3.1. Verifica-se que no mês de outubro o Município arrecadou somente Receitas Correntes.

1.3.2. A previsão da arrecadação total de receitas para o mês era de R\$716.770,00 e arrecadou-se R\$727.734,89, ou seja, um valor maior que o previsto em R\$10.964,89o que corresponde a 1,52% mais.

1.3.3. Comparando-se a Meta de Arrecadação com a Receita Arrecadada do mês, tem-se que esta foi positiva frente aquela, (Receita Arrecadada > Meta de Arrecadação).



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



1.4. A Receita Arrecadada Acumulada até outubro chegou a R\$7.671.903,29, o que corresponde a uma arrecadação efetiva de 80,44% do total do orçamento do Município no exercício de 2013, o qual é de R\$9.536.745,00.

1.5. Constatou-se que nem todos os tributos da competência do Município foram instituídos, estão previstos e são arrecadados conforme determina o art. 30, III da Constituição Federal de 1988 e o art. 11 da Lei Complementar nº101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.5.1. Em levantamento junto ao Setor de Tributação, esta Controladoria verificou existirem duas atividades no Município que não são tributadas, quais sejam, serviços de acesso a internet por *lan houses* e coleta e retirada de entulhos de lotes, construções e residências.

1.5.2. Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo que determine a fiscalização dos fatos e promova a devida tributação das mencionadas atividades, caso elas se comprovem, quando da ação fiscalizatória a ser realizada.

1.5.3. A recomendação sobre o item 1.5.1. é feita em reiteração, pois já foi objeto de apontamento no Relatório Mensal da Controladoria no mês de julho de 2013 e subsequentes.

1.6. Obedeceu-se ao regime de caixa para a contabilização das receitas arrecadadas, conforme estabelece o art. 35, inciso I, da lei nº4.320/64.

1.7. O Setor de Tributação emite guias para o recebimento de receitas pelo Município, as quais são recolhidas junto a agência do banco Credisan de Albertina. Tais guias possuem número próprio, o nome da pessoa que paga (contribuinte), a soma arrecadada, a origem da receita, a classificação (código e descrição) e campo para a autenticação da instituição financeira no ato do recebimento. As guias são emitidas de modo a que se forneça uma via ao contribuinte, conforme determina o art. 55 da lei nº4.320/64.

1.7.1. O recebimento de receitas do Município junto a agência do banco Credisan de Albertina, neste exercício de 2013, não está acobertado por documento legal que o sustente. Não foi apresentado a Controladoria Geral do Município qualquer documento que ampare a situação, portanto, o fato deve ser regularizado.

1.7.2. Recomenda-se, em reiteração, que se regularize a situação descrita no item 1.7.1, pois ela não atende a legislação vigente.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



1.8. O recolhimento das receitas da Prefeitura é realizado em estrita observância ao princípio da unidade de tesouraria, nos termos do art. 56 da lei nº4.320/64. Informação oferecida pelo responsável do Setor de Tesouraria e constatada por esta Controladoria.

1.9. É feita a retenção do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, nos casos previstos na legislação (Regulamento do Imposto de Renda - Decreto nº3.000/99), conforme art. 157, inciso I, da CF/88.

1.10. Quando da retenção do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos na Câmara Municipal, tais valores são contabilizados como receita extra-orçamentária por aquela entidade, depois, são transferidos a Prefeitura, ingressando nesta como receita orçamentária mediante guia própria de recolhimento.

1.11. Os recursos vinculados a finalidades específicas foram depositados em contas bancárias próprias e aplicados nas respectivas finalidades, conforme arts. 8º, parágrafo único, c/c 50, inciso I, da LRF e arts. 71 a 73 da lei nº4.320/64.

1.11.1. Recursos próprios do ensino (lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, IN nº13/08 do TCEMG, e, LRF art. 8º, parágrafo único, c/c art. 50, inciso I);

1.11.2. Recursos próprios da saúde (IN nº19/08 do TCEMG, LRF art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I);

1.11.3. FUNDEB (lei nº9.424, de 24 de dezembro de 1996, lei nº11.494, de 20 de junho de 2007, IN nº13/08 do TCEMG, LRF art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I);

1.11.4. Royalties (lei nº7.990, de 28 de dezembro de 1989, IN nº08/03 do TCEMG, LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I);

1.11.5. Multas de Trânsito (lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997, IN nº08/03 do TCEMG; sem arrecadação no período.

1.11.6. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (lei nº7.990, de 28 de dezembro de 1989, IN nº08/03 do TCEMG, LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I);

1.11.7. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Constituição Federal de 1988 art. 149-A, LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I, lei municipal nº926, de 31 de dezembro de 2002);

1.11.8. Recursos transferidos pelo SUS, (LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I);



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



1.11.9. Recursos transferidos pelo FNDE (LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I);

1.11.10. Recursos transferidos pelo FNAS (LRF art. 8º, parágrafo único, art. 50, inciso I).

1.12. Todos os recursos vinculados a finalidade específica mantiveram-se depositados em suas respectivas contas bancárias até a utilização. Constatação feita por esta Controladoria junto ao Setor de Tesouraria desta Prefeitura.

1.13. Os saldos de convênios foram aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, quando a previsão de utilização mostrou-se superior a um mês, conforme determina o art. 116, §4º da lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

1.14. Quando provenientes de convênios, as receitas auferidas nas aplicações financeiras foram computadas a crédito junto a mesma conta na qual está o recurso originário, para aplicação exclusiva no objeto de sua finalidade, conforme determina o art. 116, §5º da lei nº8.666/93.

1.15. O Setor de Tesouraria emitiu a Minuta da Receita, a qual se encontra rubricada para confronto com os resumos sintéticos de arrecadação do Setor de Tributação.

1.16. O Setor de Tesouraria também emitiu o Balancete da Receita, demonstrando as receitas previstas para o exercício e as arrecadadas no mês, conforme inciso I do art. 6º da IN nº08/03 do TCEMG.

1.17. Constatou-se que o Setor de Tesouraria acompanha semanalmente a arrecadação de receitas pelo agente arrecadador, banco Credisan, certificando se o valor semanal é devidamente recolhido a conta bancária da Prefeitura do Município. Conforme especificado no item 1.7.1., não há contrato que ampare o recebimento de receitas do Município pelo banco Credisan de Albertina. Portanto, não há como apurar se a transferência do saldo arrecadado pelo agente arrecadador está de acordo com o prazo e as normas estipuladas. O fato já foi tratado em várias ocasiões com o senhor Prefeito e com a assessoria jurídica, porém, nada foi feito até a presente ocasião. Reitera-se a recomendação para a regularização da situação, posto nada ainda ter sido informado a esta CGM.

1.18. O valor de receitas recebido semanalmente via agente arrecadador é registrado tempestivamente pelo Setor de Tesouraria, na data do crédito ao Município, de forma que o saldo da conta bancária se mantenha sempre atualizado, por semana, quanto a ele.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



1.19. Os saldos creditados ao Município pelos governos federal e estadual são acompanhados diariamente pelo responsável do Setor de Tesouraria, sendo seus valores lançados no dia do efetivo crédito.

1.20. No prazo de dois dias úteis contado da data de recebimento dos recursos de que trata a lei nº9.452, de 20 de março de 1997, a Prefeitura não notificou os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no Município da liberação de recursos financeiros nos termos do art. 1º da referida lei. O Setor de Tesouraria comunica mensalmente as pessoas mencionadas na supracitada lei, uma única vez, dos valores creditados ao Município.

1.21. As receitas contabilizadas como provenientes de rendimentos de aplicações financeiras conferem com os valores demonstrados nos extratos bancários.

1.22. O Setor de Tributação não emite guias para controlar as receitas extra-orçamentárias. O controle delas é feito pela Minuta da Receita Diária da Tesouraria.

1.23. O Setor de Tributação não disponibilizou na internet os dados e informações relativos aos montantes de cada um dos tributos e contribuições arrecadados no mês, conforme determina o art. 2º, inciso I, XII e XVI da IN nº28, de 5 de maio de 1999 do Tribunal de Contas da União e a lei nº9.755, de 16 de dezembro de 1998.

1.24. Conforme informações verbais da responsável pelo Setor de Tributação, não houve renúncia de receita no mês analisado. *Registra-se que este Setor não encaminhou informações por escrito a esta Controladoria, apesar de ter recebido solicitação para tanto.*

1.25. Sobre a Dívida Ativa constatou-se o seguinte junto ao Setor de Tributação:

1.25.1. Recebeu-se no mês analisado Dívida Ativa de alguns contribuintes.

1.25.2. Há inadimplências, as quais alguns devedores foram notificados para pagá-las.

1.25.3. Não houve prescrição de Dívida Ativa ou reversão de valores de Dívida Ativa no mês analisado.

1.25.4. Exceto o controle do sistema de informática utilizado pelo Setor de Tributação, não há, segundo sua responsável, controle em meio físico nem elaboração de Processo Administrativo Tributário para apuração e acompanhamento da Dívida Ativa. Recomenda-se mudança em relação ao procedimento, o que se faz em reiteração.

1.26. Sobre a Água e o Esgoto:

1.26.1. Verificou-se que há contribuintes com atraso de pagamento da prestação de serviço de fornecimento de água e coleta e transporte de esgoto.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



1.26.2. O Município, a fim de cumprir o que determina o art. 41-A da lei complementar nº001, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pela lei Complementar cº11, de 17 de dezembro de 2008, nomeou através da portaria nº3.606, de 8 de outubro de 2013, publicado no Diário Oficial do Município de Albertina do dia 9 de outubro de 2013, o servidor Marcelo Pighi, masp 14.140, como responsável por efetuar as interrupções do serviço de fornecimento de água dos contribuintes que não tiverem efetuado o pagamento das contas respectivas em até sessenta dias do seu vencimento.

1.26.3. Segundo consta o senhor Prefeito determinou o cumprimento da lei na forma citada no item 1.26.2. e a efetividade da arrecadação da receita própria pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e transporte de esgoto, com as medidas necessárias para tanto, inclusive com a interrupção da prestação de serviço de fornecimento de água aos contribuintes inadimplentes, quando for o caso.

1.26.4. Apesar da previsão legal, deve o Município editar norma explicativa que estabeleça o modo como se portará o Setor de Tributação em relação a interrupção da prestação de serviço de fornecimento de água, nos casos de inadimplência de contribuintes, bem como o servidor responsável pela execução dos serviços *in loco*.

1.26.5. Aguarda esta Controladoria pelo envio das informações, tanto do Setor de Tributação quanto do responsável pelas interrupções do serviço de fornecimento de água, para apreciar a legalidade e a efetividade do desenvolvimento dos trabalhos.

2. Despesa

Demonstrativo da Despesa por Unidades / Contas Econômicas - Prefeitura

Descrição Conta Econômica	Previsão Orçamentária no Mês	Despesa Empenhada no Mês	% Previsão pela Execução Emp.	Despesa Liquidada no Mês	Despesa Paga no Mês
Pessoal e Encargos Sociais	R\$400.000,00	R\$421.829,28	5,45%	R\$421.829,28	R\$365.549,71
Outras Despesas Correntes	R\$350.600,00	R\$103.040,86	-70,62%	R\$229.997,77	R\$235.467,04
Encargos da Dívida	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	R\$0,00
Investimentos	R\$45.000,00	R\$0,00	0,00%	R\$14.843,00	R\$15.348,00
Inversões Financeiras	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	R\$0,00
Amortização da Dívida	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	R\$0,00
Reserva de Contingência	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	R\$0,00
Total	R\$795.600,00	R\$524.870,14	-34,03%	R\$666.670,05	R\$616.364,75

2.1. Análise do Demonstrativo da Despesa por Unidades / Contas Econômicas.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



2.1.1. Verifica-se que no mês de outubro a Prefeitura previu despesas nas contas econômicas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, no entanto, empenhou-as somente nas duas primeiras contas.

2.1.2. A previsão da despesa total a ser empenhada pela Prefeitura em outubro era de R\$795.600,00, já a despesa efetivamente empenhada foi de R\$524.870,14. Assim, tem-se uma diferença (previsão – empenhamento) menor em R\$270.729,86, o que corresponde a 34,03% menos.

2.1.3. O fato de no mês de outubro a Prefeitura ter empenhado R\$270.729,86 menos que a previsão, evidencia cumprimento da meta anual do orçamento, o que é bem visto em termos gerenciais.

2.1.4. Com base na Despesa Paga no mês de outubro, a qual foi de R\$616.364,75, tem-se que de cada R\$100,00 que a Prefeitura pagou:

2.1.4.1. R\$59,30 foram pagos em despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

2.1.4.2. R\$38,20 foram pagos em Outras Despesas Correntes;

2.1.4.3. R\$2,50 foram pagos em Investimentos.

Demonstrativo da Despesa por Unidades Administrativas

Descrição Conta Econômica	Despesa Empenhada no Mês	Despesa Empenhada Acumulada no Ano	Despesa Liquidada no Mês	Despesa Paga no Mês
Gabinete do Prefeito	R\$18.480,07	R\$187.227,52	R\$18.581,15	R\$18.389,56
Gabinete do Vice-prefeito	R\$3.549,00	R\$35.490,00	R\$3.549,00	R\$3.549,00
Secretaria de Administração	R\$182.189,34	R\$1.914.668,38	R\$217.670,30	R\$222.081,01
Secretaria de Educação	R\$176.060,59	R\$1.820.515,28	R\$252.106,51	R\$189.392,33
Secretaria de Saúde	R\$124.932,34	R\$1.742.187,59	R\$153.382,07	R\$160.874,43
Fundo de Assistência Social	R\$10.392,05	R\$120.787,08	R\$12.114,27	R\$12.811,67
Controladoria Geral	R\$9.266,75	R\$102.500,92	R\$9.266,75	R\$9.266,75
Total	R\$ 524.870,14	R\$ 5.923.376,77	R\$ 666.670,05	R\$ 616.364,75

2.2. Análise do Demonstrativo da Despesa por Unidades Administrativas:

2.2.1. Até outubro o total da Despesa Empenhada no ano é de R\$5.923.376,77, o que corresponde a um comprometimento orçamentário de 65,14% do total do Orçamento da Prefeitura, o qual é de R\$9.092.145,00.

2.2.2. Com base na Despesa Paga, de cada R\$100,00 que a Prefeitura pagou:

2.2.2.1. R\$2,98 foram gastos com o Gabinete do Prefeito;

2.2.2.2. R\$0,57 foram gastos com o Gabinete do Vice-prefeito;

2.2.2.3. R\$36,04 foram gastos com a Secretaria Municipal de Administração;



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



2.2.2.4. R\$30,73 foram gastos com a Secretaria Municipal de Educação;

2.2.2.5. R\$26,11 foram gastos com a Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.2.6. R\$2,07 foram gastos com o Fundo Municipal de Assistência Social; e,

2.2.2.7. R\$1,50 foram gastos com a Controladoria Geral do Município.

2.3. Exame da execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial das despesas.

2.3.1. Detectou-se que a cota financeira foi cumprida dentro do programado para o mês, tendo sido empenhado valor inferior a meta de gastos para ele programada.

2.3.2. Não houve criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretasse aumento da despesa no mês, segundo informação do senhor Prefeito, não sendo, segundo Sua Excelência, necessária a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para este exercício, nem para os dois subsequentes.

2.3.3. As despesas da Prefeitura e seus aumentos se deram em função de normas legais, tendo adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, conforme determina o art. 16 da LRF. Não houve necessidade de declarações ou explicações sobre a expansão de despesas, segundo informações do senhor Prefeito.

2.3.4. Todas as despesas são precedidas de empenho prévio, conforme determina o art. 60 da lei nº4.320/64.

2.3.5. Conferiu-se, por amostragem, o preenchimento dos elementos essenciais das notas de empenho, tendo achado-os conforme.

2.3.6. As despesas são classificadas de acordo com os arts. 12 e 13 da lei nº4.320/64 e com as portarias nº42, de 14 de abril de 1999 e nº163, de 4 de maio de 2001, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3.7. Para algumas despesas que não se sabe precisar o valor total, foram emitidos empenhos por estimativa, conforme autoriza o art. 60, §2º da lei nº4.320/64.

2.3.8. São emitidos empenhos globais para as despesas oriundas de processos de aquisição de bens e prestação de serviços, as quais têm valor certo e execução parcelada, conforme previsto no art. 60, §3º da lei nº4.320/64.

2.3.9. Quando as despesas são vinculadas a finalidades específicas, as notas de empenho indicam a fonte de recursos que deverá ser utilizada para o seu pagamento, de forma a facilitar a identificação da conta bancária pertinente.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



2.3.10. As liquidações das despesas atenderam as exigências do art. 63 da lei nº4.320/64.

2.3.11. As notas de empenho estão acompanhadas de comprovantes legais tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamentos de salários, avisos de débitos, guias de recolhimentos de encargos ou outros considerados válidos e aceitos, necessários a liquidação da despesa, conforme disposto no art. 63, §2º, inciso III da lei nº4.320/64.

2.3.12. Os pagamentos das despesas ocorreram após sua regular liquidação, conforme determina o art. 62 da lei nº4.320/64.

2.3.13. Os pagamentos foram feitos aos credores mediante crédito eletrônico ou cheques nominais, e no caso destes últimos, o Setor de Tesouraria arquivou uma cópia dos cheques que emitiu.

2.3.14. Solicitou-se a apresentação de procuração do representante legal da empresa quando os pagamentos são realizados diretamente aos credores no balcão da Prefeitura, (pagamentos a terceiros que não os sócios titulares da empresa). Constatou-se tal fato por amostragem junto ao Setor de Tesouraria.

2.3.15. O Setor de Tesouraria verifica a validade da CND do INSS e do CRF do FGTS por ocasião dos pagamentos que realiza, conforme determina o art. 27, alínea *a* da lei nº8.036, de 11 de maio de 1990; art. 2º da lei nº9.012, de 30 de março de 1995; art. 29, IV c/c art. 55, XIII da lei nº8.666/93 e art. 195, §3º da Constituição da República de 1988. Constatou-se tal fato por amostragem.

2.3.16. Os pagamentos foram feitos pelos seus valores líquidos, ou seja, fizeram-se as retenções previstas na legislação vigente ou em contratos (INSS, IRRF, ISS).

2.3.17. Os recolhimentos de valores descontados pela Prefeitura e classificados como receitas extra-orçamentárias, são feitos com recursos da mesma conta bancária que pagou o empenho que as originou.

2.3.18. As guias de arrecadação das receitas não foram ordenadas conforme a Minuta da Receita, nem rubricadas e datadas, conforme determina o inciso III do art. 6º da IN nº08/2003 do TCEMG.

2.3.19. O Setor de Contabilidade não disponibilizou na internet os dados e informações correspondentes a elaboração e divulgação dos demonstrativos periódicos da execução dos orçamentos existentes, conforme determina o art. 2º, inciso I, XII e XVI da IN nº28/99 do TCU e a lei nº9.755/98.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



2.3.20. O Setor de Contabilidade arquiva as pastas de empenhos para seu controle e também destina uma via a inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme exigências da IN TCEMG nº08/2003. Verificou-se que as notas de empenho com seus respectivos comprovantes foram ordenadas sequencialmente, por classificação funcional programática, de acordo com o exame aritmético, e ainda, as pastas com as notas de empenho de Educação e Saúde, atenderam as INs nº13/2008 e nº19/2008 do TCEMG, sendo montadas separadamente.

3. Análise da Receita x Despesa

3.1. No mês de outubro a Receita Arrecadada foi de R\$727.734,89, enquanto a Despesa Empenhada foi de R\$524.870,14, ou seja, a receita arrecadada no mês foi maior que a despesa nele empenhada em R\$202.864,75.

3.2. Respeitou-se o limite de despesas para empenhamento no mês, conforme a realização da receita, pois, o valor da despesa empenhada nele é menor que o da receita arrecadada.

3.3. A gestão orçamentária no mês sugere que, pelo comportamento do montante das despesas empenhadas e o das receitas arrecadadas, a entidade apresenta equilíbrio em suas contas.

3.4. Na gestão financeira vê-se que a Prefeitura tem disponibilidades financeiras (dinheiro em caixa e bancos) suficientes para pagar a dívida de curto prazo (liquidada e a liquidar). Registra-se que a Prefeitura não possui dívida para pagamento em longo prazo.

3.5. No mês de outubro a Receita Arrecadada foi de R\$727.734,89 e a Despesa Liquidada foi de R\$666.670,05, o que mostra aquela maior que esta em R\$61.064,84.

3.6. Até outubro o total da Receita Arrecadada chegou a R\$7.671.903,29, já o total da Despesa Empenhada foi de R\$5.923.376,77. Isto mostra aquela superior a esta em R\$1.748.526,52.

3.7. Considerando-se o resultado acumulado até o mês de outubro tem-se:

3.7.1. Receita Arrecadada R\$7.671.903,29;

3.7.2. Despesa Empenhada R\$5.923.376,77;

3.7.3. Despesa Liquidada R\$5.593.630,87;

3.7.4. Despesa Paga R\$5.124.013,11.



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



4. Créditos Adicionais

4.1. Créditos Adicionais Suplementares.

4.1.1. No mês de outubro foram abertos créditos adicionais suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, em conformidade com o prescrito nos arts. 41 a 43 da lei nº4.320/64 e art. 167, inciso V da Constituição da República de 1988.

Demonstrativo dos Créditos Adicionais Suplementares

Lei / Data	Decreto / Data	Valor	Finalidade
Lei 1.079, de 22/11/2012	Decreto 741, de 30/10/2013	R\$143.000,00	Reforço de dotações

4.2. Créditos Adicionais Especiais.

4.2.1. Quando da abertura de créditos adicionais especiais deve-se observar os requisitos do art. 167, inciso V da Constituição da República de 1988; arts. 41 a 43 da lei nº4.320/64; e arts. 15 a 17 e 45 da LRF, e ainda existência de prévia autorização legislativa.

4.2.2. Não foi aberto crédito adicional especial no mês de outubro.

Demonstrativo dos Créditos Adicionais Especiais

Lei / Data	Decreto / Data	Valor	Finalidade
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

5. Disponibilidades Financeiras

5.1. Segundo o Demonstrativo do Movimento de Numerário na Tesouraria o saldo das disponibilidades financeiras em 31 de outubro totalizou a importância de R\$3.093.803,85 (três milhões, noventa e três mil, oitocentos e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Saldo anterior	Crédito	Débito	Saldo
Caixa	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Bancos	R\$3.027.417,38	R\$1.108.171,46	R\$1.041.784,99	R\$3.093.803,85
Não Vinculados	R\$2.294.541,01	R\$824.586,36	R\$775.261,38	R\$2.343.865,99
Vinculados	R\$732.876,37	R\$283.585,10	R\$266.523,61	R\$749.937,86
Total	R\$3.027.417,38	R\$1.108.171,46	R\$1.041.784,99	R\$3.093.803,85



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



5.2. Todas as disponibilidades financeiras da Prefeitura encontram-se depositadas em instituições financeiras oficiais, conforme determina o art. 164, §3º da Constituição da República de 1988.

5.3. O valor do Memorial de Restos a Pagar da Prefeitura até 31 de outubro é de:

Descrição DESPESAS A PAGAR	Liquidada	Não liquidada	Geral
Despesa Orçamentária a Pagar	R\$469.617,76	R\$329.745,90	R\$799.363,66
Despesa Extra-orçamentária a Pagar	R\$52.146,43	R\$0,00	R\$52.146,43
Total	R\$521.764,19	R\$329.745,90	R\$851.510,09

5.4. Das disponibilidades financeiras apresentadas no Demonstrativo do Movimento de Numerário na Tesouraria, deduzindo-se o valor constante do Memorial de Restos a Pagar da Prefeitura até 31 de outubro, no qual constam as despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, apura-se a disponibilidade financeira real total:

Recursos em Caixa e Bancos	Despesas a Pagar	Disponibilidade Financeira Real
R\$3.093.803,85	R\$851.510,09	R\$2.242.293,76

6. Aplicações Financeiras

6.1. Em outubro a Prefeitura obteve R\$12.877,24 (doze mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos) de rendimentos de aplicações financeiras, os quais foram apropriados nos códigos de receitas devidos e estão depositados em contas bancárias.

6.2. Elaborou-se e arquivou-se no mês de outubro o Anexo VIII - Aplicações Financeiras, conforme determina o art. 7º, inciso VIII da IN nº08/03 do TCEMG.

7. Repasse ao Poder Legislativo

7.1. Sobre o exame da legalidade das transferências de recursos financeiros (intragovernamentais), vê-se que o repasse financeiro ao Poder Legislativo obedeceu ao prazo do art. 29-A, § 2º, inciso II da Constituição da República de 1988, na forma do art. 168 do mesmo estatuto constitucional, pois, o repasse se deu no dia 18 do mês de outubro.

7.2. O repasse ao Poder Legislativo atendeu ao limite definido no art. 29-A, §2º, incisos I e III da Constituição da República de 1988, bem como se limitou ao que estabelece



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



a lei nº1.079, de 22 de novembro de 2012, a Lei Orçamentária Anual de 2013, no valor de R\$37.050,00 ao mês.

7.3. A Câmara Municipal não devolveu a Prefeitura, no mês de outubro, nenhum recurso na forma do art. 3º, §3º da IN 08/2003 do TCEMG.

7.4. Relata-se que a folha de pagamentos de pessoal do Poder Legislativo no mês de outubro está abaixo do limite de 70,00% descrito no §1º do art. 29 da Constituição da República de 1988, porém, no acumulado no ano até outubro ela está acima do percentual de 70,00%.

7.5. O Departamento de Contabilidade da Prefeitura, responsável pela consolidação de dados contábeis do Município, não enviou a esta Controladoria nenhum documento que comprove o encaminhamento das informações da Câmara Municipal necessárias para consolidação de dados, nos termos do Decreto nº501, de 27 de janeiro de 2005. Procurado por esta Controladoria, o senhor Wagner Alexandre dos Santos, responsável pela Contabilidade da Prefeitura, comprometeu-se a enviar mencionadas informações nos meses subseqüentes, porém, não o fez ainda neste mês de referência. Recomenda-se ao senhor Prefeito que determine a ele que proceda ao envio das citadas informações.

8. Movimentação Patrimonial

8.1. Incorporação.

8.1.1. Quando da aquisição e incorporação de bens móveis, o Serviço de Patrimônio os emplaqueta, de modo a identificá-los.

8.1.2. No mês de outubro não foram incorporados bens ao patrimônio municipal.

Quant	Descrição	Unid Orçamentária	Empenho	Data Liq	Valor
Nada	Nada consta	Nada consta	Nada	Nada consta	Nada consta

8.1.3. Em outubro não houve aquisição de bens com recursos oriundos da alienação de ativos.

Quant	Descrição	Unid Orçamentária	Valor	Data
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

8.1.4. A conta bancária específica relativa a alienação de ativos, qual seja, nº14.507-8, agência 2194-6, do Banco do Brasil e a caderneta de poupança a ela vinculada, possuem saldo R\$0,00 no mês de outubro.



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



8.2. Desincorporação.

8.2.1. No mês de outubro nenhum bem foi desincorporado do patrimônio municipal.

8.2.2. Não há valor de baixa de bens, conforme se segue:

Quant.	Descrição	Unid. Orçam.	Valor	Tipo	Portaria
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

8.3. Alienação de Ativos.

8.3.1. No mês de outubro a Prefeitura não realizou Leilão para alienação de ativos de sua propriedade.

8.3.2. Em outubro não houve ingresso de recursos relativos a alienação de ativos.

8.3.3. Quando de sua arrecadação s recursos relativos a alienação de ativos deverão ser utilizados no pagamento de despesas de capital, conforme disposto nos arts. 44 e 50, inciso VI, ambos da LRF.

8.4. Doação de Bens.

8.4.1. No mês de outubro a Prefeitura não doou nenhum bem de seu patrimônio, de qualquer valor que seja, a pessoa física ou jurídica.

8.4.2. Não há lei municipal específica que autorize a doação de bem móvel ou imóvel no Município de Albertina.

8.5. Outros.

8.5.1. Sobre outras formas de aquisição de imóveis, tais como dação em pagamento, permuta, usucapião, sucessão ou desapropriação, a Prefeitura não fez uso destas no mês de outubro.

8.5.2. Em outubro não houve nenhuma nova autorização, cessão, permissão ou concessão de direito real de uso de bens públicos, portanto, nada a relatar sobre (data, ato autorizativo legal, partes e valores) sobre estes temas.

8.5.3. Existe controle cadastral simplificado, analítico e individualizado dos bens móveis da Prefeitura do Município, com a especificação completa e numeração da plaqueta de identificação de cada um deles.

8.5.4. Não há em todas as Secretarias, Departamentos ou Setores identificação do responsável pela guarda e administração de bens, conforme determina o art. 94 da lei nº4.320/64.

8.5.5. Em relação a frota de veículos relata-se o que segue.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



8.5.5.1. Sobre a quilometragem e reabastecimento, há um controle simplificado, o qual atende parcialmente as determinações do TCEMG.

8.5.5.2. Frente ao controle de peças e de manutenção, há um controle precário, o qual não atende as determinações do TCEMG.

8.5.5.3. Sobre os itens 8.5.5.1. e 8.5.5.2. já foram solicitadas providências ao senhor Prefeito, no entanto, nada foi informado a esta Controladoria sobre a resolução dos problemas apontados. Registra-se a necessidade de melhoria nos serviços de controle citados nestes itens a fim de se atender a legislação vigente e as normas do TCEMG.

8.5.6. Quanto aos bens imóveis, todos estão cadastrados no Município e fazem parte do inventário geral. Alguns não possuem escritura registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jacutinga. O senhor Prefeito já foi orientado para a necessidade de regularização das escrituras e registros, porém, ainda não as promoveu.

8.5.7. As informações deste item **8** originaram-se do Setor de Patrimônio, algumas de forma escrita outras de modo verbal, mediante entrevista com a responsável.

9. Dispendio com Pessoal

9.1. Com base nos Demonstrativos Contábeis analisou-se o comportamento da despesa com pessoal no mês comparando seu valor com o acumulado no ano. Apresenta-se o valor e o percentual dos gastos com pessoal em outubro.

Cálculo do Percentual – Gasto com Pessoal Ativo e Inativo e Encargos Sociais

Itens	Mês	Acumulado nos últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida (A)	R\$727.734,89	R\$9.475.014,83
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (B)	R\$421.829,28	R\$4.746.928,18
Percentual aplicado pela Prefeitura (B/A)	57,96%	50,10%

9.1.1. No mês de outubro de cada R\$100,00 da Receita Corrente Líquida do Município, R\$57,96 foram gastos em despesas de pessoal ativo e inativo do Poder Executivo.

9.1.2. Analisando-se o demonstrativo acima, conclui-se que o Poder Executivo, no mês de outubro, não obedeceu ao limite legal de 54,00% estabelecido pelo art. 20, inciso III, alínea “b” da LRF para gastos com pessoal ativo e inativo, por ficar acima dele, tendo gastado 57,96% de sua Receita Corrente Líquida nestas despesas.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



9.1.3. A despesa total com pessoal ativo e inativo do Poder Executivo acumulada nos últimos 12 meses está abaixo do limite legal de 54,00% definido no art. 20, inciso III, alínea “b” da LRF, pois o percentual do gasto acumulado no período ficou em 50,10%.

9.1.4. A despesa total com pessoal ativo e inativo do Poder Executivo em outubro está acima do limite prudencial de 51,30% definido no art. 20, parágrafo único da LRF, posto ser ela de 57,96% do valor da Receita Corrente Líquida.

9.1.5. A despesa total com pessoal ativo e inativo do Poder Executivo acumulada nos últimos 12 meses está abaixo do limite prudencial de 51,30% definido no art. 20, parágrafo único da LRF, posto registrar um gasto acumulado no percentual de 50,10%.

9.1.6. No mês de outubro não há nada a relatar sobre providências tomadas para solucionar o problema do não atendimento a LRF sobre os gastos com pessoal em relação ao limite prudencial.

9.1.7. Esta CGM recomenda ao senhor Prefeito cautela nos gastos com pessoal, de modo a mantê-los nos parâmetros abaixo do limite prudencial definido pela LRF.

9.2. Não houve aumentos ou diminuições excessivos decorrentes de contratações ou demissões de pessoal que mereçam justificativas.

9.3. A frequência dos servidores ao trabalho é controlada através de relógio de ponto, o qual é a base para elaboração da folha de pagamento e liquidação da despesa.

9.4. A elaboração da folha de pagamento do mês baseou-se na aferição do ponto dos servidores, consoante determina o decreto nº637, de 13 de setembro de 2010 e suas alterações posteriores.

9.5. Não houve pagamento de horas-extras no mês. As horas de trabalho realizadas além da carga horária dos servidores foram justificadas e tiveram autorização expressa da autoridade competente, sendo levadas a computo no banco de horas, conforme lei municipal nº1.042, de 16 de junho de 2010.

9.6. Conforme escala de férias previamente elaborada, as férias dos servidores foram concedidas nos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, observando-se o número de dias a ser concedido nas proporções descritas na lei complementar municipal nº14, de 31 de agosto de 2010.

9.7. As vantagens em pecúnia devidas aos servidores, nos termos da legislação vigente, são objeto de controle pelo Departamento de Pessoal quanto a conquista do direito. Não houve informação se todas elas estão sendo pagas como de direito. Recomenda-se que sejam prestadas informações neste sentido.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



9.8. As declarações de bens dos ocupantes de cargos comissionados e demais servidores foram requisitadas quando da posse de cada um destes, constando de sua pasta funcional respectiva. Elas foram atualizadas no início deste ano.

9.9. Houve controle das declarações de bens dos agentes políticos do Poder Executivo.

9.10. Não houve informação da Comissão Processante sobre instauração de processo administrativo no mês de outubro, apesar desta Controladoria saber que há um em andamento. Recomenda-se que sejam prestadas as informações respectivas.

9.11. O preenchimento e o envio da SEFIP foram realizados no prazo, conforme estabelecido na agenda de obrigações a que o Município está submetido.

9.12. O demonstrativo das admissões e contratações de servidores não foi elaborado no prazo estabelecido na agenda de obrigações a que o Município está submetido.

9.13. No mês de outubro a Prefeitura não contratou servidores.

9.14. Em outubro não houve posse de servidor público mediante aprovação em concurso público.

9.15. No mês de outubro houve exoneração das seguintes servidoras: Gláucia Carvalho Moraes, a pedido; e Rosa Maria Felisberto Bueno, por aposentadoria.

9.16. Em outubro os servidores apresentaram 21 (vinte e um) atestados médicos.

9.17. No mês de outubro foram concedidas férias a 06 (seis) servidores.

9.18. Em outubro não pagou-se salário maternidade a nenhuma servidora.

9.19. O Departamento de Pessoal arquivou, em ordem, os documentos relacionados as ocorrências funcionais dos servidores em suas respectivas pastas individuais. Fato constatado por esta Controladoria, por amostragem.

9.20. As informações deste tópico foram colhidas junto aos relatórios contábeis, bem como em entrevista e dados enviados pela senhora Regivani Campanhari Fulaneti, responsável pelo Departamento de Pessoal.

10. Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

10.1. Com base nos demonstrativos contábeis analisou-se a despesa com as ações e serviços públicos de saúde no mês, bem como a acumulada no ano.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Cálculo do Percentual dos Gastos com Saúde (valores pagos no mês)

Itens	Mês	Acumulado Ano
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais (A)	R\$626.264,73	R\$6.826.814,01
Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (B)	R\$159.988,56	R\$1.537.688,99
Percentual aplicado nas Ações e Serv. Públicos Saúde (B/A)	25,55%	22,52%

* População do Município de Albertina segundo dados do TCEMG = 3.147 habitantes.

10.2. No mês de outubro o Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde 25,55% das receitas de impostos e transferências constitucionais consideradas na base de cálculo, o que mostra um gasto superior aos 15,00% previstos no art. 198 da Constituição da República de 1988. Com isto, no mês, de cada R\$100,00 oriundos da arrecadação das receitas citadas, R\$25,55 foram gastos em ações e serviços públicos de saúde.

10.3. No ano, até o mês de outubro, os gastos com ações e serviços públicos de saúde acumulados somam 22,52%, montante superior aos 15,00% da base de cálculo. Portanto, atendeu-se ao disposto no art. 198 da Constituição da República de 1988.

10.4. Gastou-se no mês de outubro R\$50,83 por habitante em ações e serviços públicos de saúde.

10.5. Os recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde foram depositados em conta bancária específica, conforme determina a IN nº19/08 do TCEMG.

10.6. Não foram repassadas, no mês de outubro, informações a respeito do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. É requisito que tal órgão atue de forma a auxiliar na definição das ações municipais relacionadas a saúde e aprove as políticas de trabalho e prestações de contas da Secretaria de Saúde do Município. Esta Controladoria recomendou a Secretária de Saúde que repasse informações sobre as atividades do citado Conselho, para fins de averiguação, o que ainda não foi feito. Recomenda-se ao senhor Prefeito que tome providências para que o fato aqui relatado seja solucionado.

10.7. Dentre as atividades realizadas pela equipe da Unidade Básica de Saúde do Município no mês de outubro destacam-se:

10.7.1. consultas médicas de clínica médica 341, pediatria 95 e ginecologia 129, totalizando 565.

10.7.2. exames laboratoriais em número de 1.309.

10.7.3. atendimentos domiciliares de enfermagem 327.

10.7.4. atendimentos odontológicos 102.

10.7.5. exames de raio x 28.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



10.7.6. viagens dentro do Estado de Minas Gerais 143.

10.7.7. viagens para o Estado de São Paulo 56.

10.7.8. atendimentos de fisioterapia 60.

10.7.9. atendimentos de psicologia 89.

10.7.10. atendimentos de nutrição 35.

10.7.11. atendimentos de fonoaudiologia 103.

10.7.12. inspeções da Vigilância Sanitária 06.

10.7.13. inspeções em estabelecimentos de alimentação 05.

10.7.14. inspeções domiciliares no combate a dengue 484.

10.7.15. coletas de amostras de água 03.

10.8. As informações deste tópico foram colhidas junto aos relatórios contábeis, bem como em dados enviados pela senhora Líria da Costa Machado, responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

11. Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

11.1. Pelos demonstrativos contábeis analisou-se a despesa com a manutenção e desenvolvimento do ensino em outubro e a acumulada no ano, apurando-se o seguinte:

Cálculo do Percentual dos Gastos com o Ensino Básico (valores pagos)

Itens	Mês	Acumulado Ano
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais (A)	R\$626.264,73	R\$6.826.814,01
Gastos com Ensino Básico (B)	R\$186.657,14	R\$1.818.629,45
Percentual aplicado no Ensino Básico (B/A)	29,80%	26,64%

11.2. Observa-se que os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino em outubro foram de 29,80% do total da receita arrecadada de impostos e transferências constitucionais consideradas, atendendo ao disposto no art. 212 da Constituição da República de 1988.

11.3. No resultado acumulado no ano, vê-se que os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram de 26,64% da receita arrecadada com impostos e transferências constitucionais, acima do percentual de 25,00% determinado pelo art. 212 da Constituição da República de 1988.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



11.4. No mês de outubro, de cada R\$100,00 da arrecadação de impostos e transferências constitucionais, R\$29,80 foram aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

11.5. Os recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino são depositados em contas bancárias específicas, conforme determina a lei nº9.394/96 e a IN nº13/08 do TCEMG. Fato apurado por esta Controladoria.

11.6. A Secretaria de Educação funcionou no mês de outubro do seguinte modo:

11.6.1. A Creche Municipal Tereza Rossi atendeu 38 alunos, tendo utilizado para tanto 01 professor, 06 auxiliares de serviços internos e externos, 02 auxiliares administrativos e 01 supervisor pedagógico.

11.6.2. A Pré Escola Municipal Luzia Sanches Diniz atendeu 80 alunos de educação infantil e 197 de ensino fundamental I, o que totalizou 277 alunos. Para tanto utilizou 02 professores de sala especial, 04 professores de educação infantil, 16 professores de ensino fundamental I, 10 auxiliares de serviços internos e externos, 02 auxiliares administrativos, 02 supervisores pedagógicos e 01 psicopedagoga.

11.6.3. A Escola Municipal José Gomes de Moraes Filho atendeu 188 alunos de ensino fundamental II, utilizando 13 professores de ensino fundamental II, 09 auxiliares de serviços internos e externos, 02 auxiliares administrativos, 01 agente administrativo I, 02 supervisores pedagógicos e 01 diretor escolar.

11.7. O Serviço de Fonoaudiologia do Município atendeu neste mês de outubro 24 (vinte e quatro) alunos da rede municipal de ensino.

11.8. O Serviço de Psicologia do Município atendeu no mês de outubro 12 (doze) alunos da rede municipal de ensino.

11.9. Não foram repassadas a esta Controladoria informações sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação.

11.10. Gastos do FUNDEB.

Cálculo do Percentual - Aplicação dos Recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Itens	Mês	Acumulado Ano
Receitas de Aplicações Financeiras (A)	R\$1.419,69	R\$7.240,88
Receitas Recebidas de Transferências (B)	R\$110.097,31	R\$1.113.889,02
Total das Receitas Consideradas (A+B) = (C)	R\$111.512,00	R\$1.121.129,90
Despesas Pagas na Remuneração dos Profissionais do Magistério (D)	R\$59.325,44	R\$516.705,69



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Percentual Aplicado na Remuneração dos Prof. do Magistério (D/C)	53,20%	46,09%
--	---------------	---------------

11.11. Observa-se que o gasto na remuneração dos profissionais da educação básica e na valorização dos profissionais da educação com recursos do FUNDEB, no mês de outubro, em relação as receitas consideradas, foi de 53,20%, inferior aos 60,00% devidos, não atendendo a determinação do art. 22 da lei nº11.494/2007 e a IN nº13/08 do TCEMG.

11.12. O gasto acumulado no ano até outubro com a remuneração dos profissionais da educação básica e valorização dos profissionais da educação com recursos do FUNDEB foi de 46,09%, também inferior aos 60,00% estipulados, não atendendo a determinação do art. 22 da lei nº11.494/2007 bem como a IN nº13/08 do TCEMG.

11.13. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Conselho do FUNDEB, tem atuado de forma regular e se reúne mensalmente. As informações relativas a atuação do mencionado Conselho no mês não foram repassadas a esta Controladoria. Recomenda-se que elas sejam prestadas em conjunto com as demais informações da Secretaria de Educação.

11.14. Segundo informações do Serviço de Contabilidade da Prefeitura, facultou-se aos conselheiros os demonstrativos mensais dos gastos do FUNDEB, nos termos da lei nº11.494/2007 e Lei Orgânica do Município, a fim de orientar a ação fiscalizadora deles.

11.15. Esta Controladoria recomenda a adequação da despesa com a remuneração dos profissionais da educação básica e valorização dos profissionais da educação com recursos do FUNDEB, o Fundeb 60,00%, de modo a que se cumpra o que determina a lei nº11.494/2007. Frisa-se que tanto o senhor Prefeito quanto o Secretário de Educação devem atentar-se as normas específicas sobre o assunto.

11.16. As informações deste tópico foram colhidas junto aos relatórios contábeis, bem como em dados enviados pelo senhor Paulo Cezar Guerino, Secretário de Educação.

12. Processos Licitatórios

12.1. Em outubro o Poder Executivo realizou processos licitatórios, os quais, analisados por amostragem, mostraram-se de acordo com a legislação vigente.

12.2. Os procedimentos de licitação são iniciados com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização da



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



respectiva autoridade competente, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para o custeamento da despesa, conforme determina o art. 38 da lei nº8.666/93.

12.3. Ressalvados os casos e valores de dispensa de licitação previstos na lei nº8.666/93, as obras, os serviços e as compras foram contratadas através de processo licitatório que assegurou igualdade de condições aos concorrentes e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme determina o art. 37, inciso XXI da Constituição da República de 1988 e o art. 3º da mesma lei de licitações.

12.4. A habilitação preliminar e as propostas são processadas e julgadas por Comissão Permanente de Licitação, de no mínimo três membros, sendo pelo menos dois deles servidores pertencentes ao quadro permanente da Administração, conforme fala o art. 51 da lei nº8.666/93.

12.5. Nos procedimentos de licitação não foram juntados todos os documentos definidos nos incisos I a XII do art. 38 da lei nº8.666/93, juntamente com cópias dos contratos, das notas de empenho e respectivos comprovantes legais (art. 6º, inciso VIII da IN nº08/03 do TCEMG).

12.6. Os editais de licitação atenderam aos requisitos previstos nos incisos I a XVII do art. 40 da lei nº8.666/93, contendo os anexos exigidos pelo §2º do mesmo artigo.

12.7. Nem todos os documentos e propostas constantes dos processos licitatórios foram rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme determina o art. 43, §2º da lei nº8.666/93.

12.8. As dispensas de licitação (previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24) obedeceram ao que determina a lei nº8.666/93 e foram devidamente justificadas e comunicadas a autoridade competente no prazo de 03 (três) dias para ratificação. Foram publicadas na forma do disposto na Lei Orgânica Municipal e na lei municipal nº1.084, de 27 de maio de 2013, no prazo de 05 (cinco) dias, atendendo ao que determina o art. 26 da lei nº8.666/93.

12.9. Não foi elaborado e arquivado no mês o Anexo I - Procedimentos Licitatórios e Contratos e Anexo II - Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, conforme determina o art. 7º, incisos I, II e III da IN nº08/2003 do TCEMG.

12.10. Os procedimentos licitatórios foram ordenados, em separado, conforme determina o art. 6º, inciso VIII da IN nº08/03 do TCEMG.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



13. Compras e controle de Almoxarifado

13.1. Os pedidos de compras, em sua maioria não são feitos por meio de requisição devidamente assinada pelo responsável do setor requisitante, são feitos verbalmente. Não contemplam todas as informações básicas para a perfeita caracterização da despesa.

13.2. No mês de outubro as compras obedeceram ao fluxograma da despesa editado através do decreto nº709, de 20 de dezembro de 2012.

13.3. As compras, em sua maioria, são antecedidas de no mínimo 03 (três) cotações, conforme exigência legal e determinação do TCEMG. Algumas compras diretas, nas quais é dispensada a licitação, sustentam-se em apenas uma cotação de preços para a sua realização, o que contraria a lei vigente. Recomenda-se mudança neste procedimento. Tanto a Comissão Permanente de Licitações e quanto o senhor Prefeito já foram avisados disto.

13.4. Após a conclusão do processo de contratação, inclusive da assinatura do contrato, quando necessário, foram emitidas ordens de fornecimentos (para a autorização da entrega de bens) ou ordens de execução de serviços (para a autorização da execução de serviços e para execução de obras), encaminhando-se uma via dela ao fornecedor para que ele cumpra sua obrigação perante a municipalidade.

13.5. Não foi realizado chamamento público para a atualização dos registros cadastrais existentes e para o ingresso de novos interessados através da imprensa oficial e de jornal diário, conforme determina o art. 34, §1º da lei nº8.666/93.

13.6. Não há verificação, por parte do Município, através de sua Comissão Permanente de Licitações, das condições cadastrais na forma do art. 37 da lei nº8.666/93.

13.7. Não foi instituído o cadastro de preços (registro de preços) sobre os principais produtos e serviços consumidos ou contratados pela entidade, conforme determinam o art. 15 c/c art. 43, inciso IV da lei nº8.666/93 e o art. 5º, inciso II da IN nº08/03 do TCEMG.

13.8. Não se deu publicidade, mensalmente, no Diário Oficial Eletrônico do Município, na forma da lei municipal nº1.084/2013 e nem em quadro de avisos de amplo acesso público, da relação de todas as compras feitas pela Prefeitura, de maneira a clarificar a identificação do item comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, conforme determina o art. 16 da lei nº8.666/93.

13.9. Não foram disponibilizados na internet os dados e informações sobre as relações mensais de todas as compras realizadas, conforme determina o art. 2º, inciso XXIV, da IN nº28/99 do TCU.



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



13.10. O recebimento de material de valor superior ao limite da modalidade convite (atualmente de R\$8.000,00), não foi confiado a uma comissão de três membros, conforme determina o art. 15, §8º da lei nº8.666/93, contrariando-a neste ponto. Recomenda-se ao senhor Prefeito que sane tal irregularidade e nomeie comissão competente, dando ciência a esta Controladoria.

13.11. O almoxarifado da Prefeitura possui boa arrumação e ao que aparenta, conserva de forma satisfatória os materiais estocados. Porém, não possui controle de entradas e saídas eficientes, sendo que a saída de materiais não se dá mediante requisições e a movimentação física existente no mês não é repassada ao Setor de Contabilidade para controle.

13.12. O controle de almoxarifado é frágil e de pouca eficiência, além de não ser centralizado, contrariando as normas prescritas pelo TCEMG.

13.13. A situação do almoxarifado da Prefeitura já foi tratada inúmeras vezes com o senhor Prefeito, porém, nenhuma providência foi tomada. Recomenda-se uma mudança de atitude e o atendimento da legislação vigente e das normas do TCEMG sobre este tema.

13.14. Caso o fato não seja solucionado, será necessário informar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais da inércia desta Administração em resolver este problema que há muito tempo requer solução.

14. Subvenções, Auxílios e Contribuições

14.1. No mês de outubro a Prefeitura não concedeu subvenções sociais, segundo informação do Serviço de Contabilidade.

Dia	Beneficiário	Valor
Nada consta	Nada consta	Nada consta

14.2. No mês de outubro a Prefeitura não concedeu auxílio financeiro, segundo informação do Serviço de Contabilidade.

Dia	Empenho	Beneficiário	Valor
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

14.3. No mês de outubro a Prefeitura não concedeu contribuições, segundo informação do Serviço de Contabilidade.

Dia	Empenho	Beneficiário	Valor
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



14.4. A lei de diretrizes orçamentárias não especifica as condições para a concessão de subvenções, auxílios e contribuições, ela só menciona que tais possibilidades podem ocorrer. As condições dependem de regulamentos próprios, os quais ainda não existem.

14.5. No Município a destinação de recursos diretamente a pessoas físicas, por meio de pecúnia, só possui autorização pela lei nº1.079, de 22 de novembro de 2012 - lei de orçamento anual. Não existe lei específica sobre a matéria, o que contraria os princípios da Administração Pública. Esta Controladoria já recomendou a regulamentação legal do fato, o que reitera neste relatório em virtude da falta de providências até o momento.

14.6. Não há no Município lei específica que autorize a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas.

14.7. Registra-se que quando houver, a concessão de auxílio financeiro deve amparar-se em lei específica, pois esta é a forma correta conforme entendimento legal e do TCEMG. Tais concessões embasadas apenas em relatório da assistente social do Município não encontram amparo legal. Recomenda-se a regulamentação de casos desta natureza.

14.8. O Município não atende ao prescrito no art. 26 da LRF e art. 4º da IN nº08/2003 do TCEMG em relação aos critérios para a concessão de ajuda financeira a pessoas físicas ou jurídicas, posto não ter lei específica neste sentido.

14.9. Reitera-se a orientação para que seja regulamentada a hipótese narrada no item 14.8.. É necessário se estabelecer critérios legais para a concessão de ajuda financeira a pessoas físicas e jurídicas. Demandas deste tipo requerem autorização legislativa.

14.10. Registra-se que de acordo com o art. 4º da IN 08/2003 do TCEMG, a concessão de subvenções, auxílios e transferências de recursos a pessoas físicas e jurídicas deverá atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, estar prevista na lei orçamentária anual e em lei específica. Deve também conter a identificação dos favorecidos e respectivos valores, sem prejuízo da assinatura de termo de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere e ser objeto de prestação de contas. Se as entidades não apresentarem os planos de aplicação e prestação de contas o Município não poderá continuar repassando as transferências voluntárias a elas até que sejam cumpridas mencionadas formalidades.

14.11. No mês de outubro a Prefeitura concedeu auxílio financeiro a título de bolsa de estudos no valor de R\$1.048,67 a 04 (quatro) servidores estudantes, quais sejam,



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Alessandra Dainez Cezarani no valor de R\$157,73, Aline Aparecida do Carmo Gastão no valor de R\$508,02, Cristiane Sulyay Izidoro no valor de R\$116,92 e Edson Garcia no valor de R\$266,00, conforme lei complementar municipal nº14/2010.

15. Contratos, Convênios, Instrumentos Congêneres e Aditivos

15.1. Contratos

15.1.1. Em outubro o Município firmou Contratos, porém, não firmou Termos Aditivos de Contratos, segundo informações do senhor Wagner Alexandre dos Santos.

15.2. Convênios

15.2.1. Em outubro o Município não firmou Convênios ou Termos Aditivos de Convênios, segundo informações do senhor Ronaldo Esperança.

16. Despesas com Publicidade

16.1. No mês de outubro a Prefeitura realizou despesa com publicidade e divulgação, só a título informativo, conforme quadro abaixo:

Despesa com Publicidade e Divulgação - PAGA

Dia	Empenho	Órgão Divulgador	Tipo Publicidade	Valor
09/10/2013	1.720	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	Informativa	R\$265,77

17. Publicação e encaminhamento de Quadros, Demonstrativos e Balanços

17.1. Através do calendário de obrigações e atividades, verificou-se o seguinte com relação aos quadros, demonstrativos e balanços:

SIACELRF - até o dia 31/10/2013 foi publicado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º bimestre do exercício em curso. Informação prestada pelo senhor Wagner Alexandre dos Santos, responsável pela Contabilidade da Prefeitura e pela



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



elaboração, publicação e envio de tais dados ao TCEMG. Este fato contraria a normatização vigente e deve ser regularizado.

SICOM - esta Controladoria foi comunicada que as informações desta Prefeitura relativas ao mês de setembro de 2013 tiveram prazo de envio ao TCEMG prorrogado para 11/11/2013.

SIOPS - até o dia 31/10/2013 não houve publicação do relatório sobre orçamento público em saúde de acordo com a legislação pertinente, nem o envio dos dados ao DATASUS. A ausência de publicação do relatório e de envio dos dados enseja descumprimento de lei, passível de consequências nos termos da lei complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. Segundo o §2º do art. 39 desta lei é de responsabilidade do gestor de saúde o registro dos dados no SIOPS nos prazos definidos, o que não fora feito até a data de 31/10/2013. Este fato deve ser regularizado. Já houve notificação a Secretária de Saúde, porém, esta ainda não informou sobre como anda o processo de ajustamento e adequação.

SIOPE - não há publicação ou necessidade de envio no mês, haja vista a obrigatoriedade determinada pela legislação ser anual.

SISOBRAS INSS - o responsável pelo serviço de engenharia e obras da Prefeitura, Wagner Bertucci, nada relatou sobre o envio informações no mês de outubro. O serviço de engenharia tem se negado a prestar as informações devidas. Recomenda-se ao senhor Prefeito que determine ao servidor responsável que atenda a legislação vigente e preste as informações do setor, no modo e tempo corretos.

SISTN - não foram publicados os dados do 4º bimestre de 2013 até o dia 31/10/2013 nem encaminhados ao órgão competente, de acordo com a legislação própria. Este fato contraria a normatização vigente e deve ser regularizado.

18. Operações de Crédito

18.1. Em outubro o Município não realizou operações de crédito por antecipação de receita orçamentária - ARO.

19. Tomada de Contas Especial



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



19.1. Em outubro a Administração não instaurou Tomada de Contas Especial, Sindicância, Inquérito ou Processo Administrativo para apurar danos ao erário.

19.2. Registra-se que se for instaurada Tomada de Contas esta Controladoria deverá ser informada, sendo-lhe franqueada vista dos Autos bem como da comunicação ao TCEMG.

20. Demonstrativo de Recursos de Multa de Trânsito

20.1. Em outubro o Município não arrecadou receita de multa de trânsito, nada tendo a contabilizar no código 1919.15.00 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito.

20.2. Caso receba a receita proveniente de multas de trânsito, esta deve ser aplicada na sinalização, conservação e melhoramento das vias públicas, cumprindo o disposto no art. 320 da Lei nº9.503/97.

20.3. Alerta-se para que quando existirem despesas realizadas com recursos provenientes de multas de trânsito, as notas de empenho e comprovantes delas devem ser agrupadas, em separado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIV da IN 08/2003, alterada pela IN 06/2004 do TCEMG.

20.4. Em outubro não se utilizou recursos provenientes de multa de trânsito.

21. Demonstrativo de Recursos da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

21.1. Não houve repasse da CIDE no mês de outubro e nenhuma receita lançada no código 1722.01.13 - Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

21.2. Na conta corrente nº10.817-0, da agência 2194-6 do Banco do Brasil, conta da CIDE, o saldo do mês anterior era de R\$5.747,90. No mês de outubro houve receita de rendimento de aplicação financeira no valor de R\$25,06 e não houve pagamento de despesa. O saldo final na conta da CIDE no mês de outubro é no valor de R\$5.772,96.

21.3. Em outubro os recursos da CIDE não foram utilizados.

Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor Pago
Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta



Prefeitura do Município de Albertina
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



21.4. Registra-se que a receita proveniente dos recursos da CIDE deve ser aplicada nos programas de infra-estrutura de transportes, objetivando a redução de consumo de combustíveis automotivos, o atendimento mais econômico da demanda de transporte de pessoas e bens, a segurança e o conforto dos usuários, a diminuição do tempo de deslocamento dos usuários do transporte público coletivo, a melhoria da qualidade de vida da população, a redução das deseconomias dos centros urbanos e a menor participação dos fretes na composição final dos preços dos produtos de consumo interno, conforme art. 6º da Lei nº10.636, de 30 de dezembro de 2002).

21.5. Alerta-se para que as notas de empenho e comprovantes das despesas realizadas com recursos provenientes da CIDE, quando existirem, sejam agrupadas em separado, cumprindo o disposto no art. 6º, inciso XIII da IN 08/2003, alterada pela IN 06/2004 do TCEMG.

22. Audiências Públicas

22.1. Não se realizou audiência pública na forma do art. 9º, §4º e art. 48, parágrafo único da LRF para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no mês. A audiência pública relativa ao 1º e 2º quadrimestres do exercício em curso já fora realizada no mês de setembro. Informação levantada junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura.

23. Despesas com Adiantamentos de Numerário e Diárias

23.1. No mês de outubro não houve adiantamento de numerário para pagamento de pequenas despesas.

23.2. Existe lei autorizativa para concessão de diárias, é a lei municipal nº1.024, de 17 de dezembro de 2008, e, sua regulamentação se deu pelo decreto nº600, de 24 de dezembro de 2008, alterado pelos decretos nº680, de 30 de dezembro de 2011 e nº713, de 28 de dezembro de 2012.

23.3. Constatou-se que a Prefeitura concedeu em outubro, para seus agentes políticos e servidores, a fim de que se deslocassem em viagens a serviço os seguintes valores: Diárias Cíveis 33901400 - valor total de R\$4.805,00, e, Passagens e Despesas com



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Locomoção 33903300 - valor total de R\$1.308,86, assim, o total das despesas com deslocamentos no mês foi de R\$6.113,86. As despesas foram empenhadas pelo Serviço de Contabilidade, estando seus procedimentos de acordo com a regulamentação vigente, conforme se verificou, por amostragem.

24. Dívidas Flutuante e Fundada

24.1. As obrigações de curto prazo do Município (restos a pagar, depósitos, consignações e débitos de tesouraria) integram a Dívida Flutuante e tem controle e registro na Contabilidade.

24.2. Todas as obrigações de longo prazo do Município estão saldadas. Não há Dívida Fundada Interna ou Externa.

24.3. A Dívida Consolidada Líquida do Município encontra-se abaixo do limite definido pela resolução nº40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

25. Atividades relativas ao SIAT, Ministério do Trabalho e Emprego, Junta do Serviço Militar e IMA

25.1. Em outubro o SIAT concedeu 04 (quatro) inscrições e emitiu notas fiscais que totalizaram o valor de R\$91.884,00.

25.2. No mês de outubro o Serviço Municipal conveniado ao Ministério do Trabalho e Emprego emitiu 06 (seis) Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

25.3. A Junta do Serviço Militar no mês de outubro realizou 03 (três) alistamentos militares, entregou 03 (três) certificados e elaborou 01 (um) pedido de 2ª via de certificado.

25.4. O Instituto Mineiro de Agropecuária em outubro emitiu guia de trânsito animal - GTA no valor de no valor de R\$12,51 e fez 38 (trinta e oito) acertos de declaração de vacina de aftosa.

25.5. As informações deste tópico **25** são oriundas de cada um dos setores descritos e foram exaradas pela servidora responsável, a senhora Maristela Luiz.



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



26. Atividades do Departamento de Assistência Social

26.1. Em outubro o Departamento de Assistência Social realizou as seguintes atividades:

26.1.1. 14 (quatorze) recadastramentos e atendimentos relativos ao programa bolsa família.

26.1.2. 01 (uma) liberação de cesta básica.

26.1.3. 23 (vinte e três) plantões sociais.

26.1.4. 04 (quatro) visitas domiciliares.

26.1.5. 05 (cinco) encaminhamentos sociais para a Secretaria de Saúde.

26.2. Com referência ao mês de outubro, esta Controladoria foi informada que não seria possível obter um relatório de uso do veículo de placas HLF-9024, do Serviço de Assistência Social, haja ele ter sido usado no período tanto pela Prefeitura quanto pela Secretaria de Saúde. Recomenda-se ao senhor Prefeito que averigüe a situação e a faça cessar, pois, ela não condiz com a normatização vigente.

26.3. As informações da Assistência Social foram prestadas pela responsável pela senhora Daniela Bergamin de Pádua, assistente social responsável pelo Serviço.

27. Informações Complementares

27.1. Não há Manual de Normas e Procedimentos no Município que defina as rotinas de trabalho nas diversas Diretorias, conforme determina o art. 5º, inciso XII da IN nº08/03 do TCEMG. Os servidores das Diretorias não conhecem as rotinas que devem adotar em suas atividades diárias, pois, não há normativo escrito que as defina.

27.2. Todos os setores de serviços da entidade têm um nível de informatização desejável. Quase todos fazem backup's diariamente dos sistemas conforme se constata nos serviços administrativos. Porém, os backup's são guardados no local onde estão instalados os equipamentos, ao invés de em local diverso.

27.3. Não existe segregação de função desejável em todos os setores. Apesar de já ter recomendado verbalmente ao senhor Prefeito o ajuste deste fato, nenhuma providência foi tomada, registra-se o fato e reitera-se a recomendação para a resolução esperada.



Prefeitura do Município de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



V. RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO CONTENDO A SÍNTESE DE FALHAS COM A INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS E A ADOTAR PARA CORRIGI-LAS E PREVENI-LAS

1. Considerando suas incumbências, a Controladoria Geral do Município de Albertina analisou os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pela Administração, bem como os registros contábeis e as demonstrações contábeis, para então emitir seu relatório relativo ao mês de **outubro de 2013**.
2. Verificaram-se, por amostragem, algumas rotinas e registros que deram origem as demonstrações contábeis, como por exemplo, o Balancete da Despesa, o Balancete da Receita, o Balancete Financeiro, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração da Dívida Fundada, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos com Ensino, o Demonstrativo dos Gastos com Saúde, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
3. Os apontamentos desta Controladoria sugerem a necessidade da regularização de alguns atos de modo a obedecer-se a Constituição Federal de 1988 e a legislação vigente relativa a Administração Pública.
4. Quanto ao limite constitucional mínimo na educação, no mês, apurou-se que ele foi superior ao estabelecido em lei, assim como o acumulado no ano também mostrou índice superior.
5. Quanto ao limite constitucional mínimo na saúde, no mês, apurou-se que ele foi superior ao estabelecido em lei, assim como o acumulado no ano também mostrou índice superior.
6. A despesa total com pessoal, no mês: em relação ao limite prudencial de 51,30%, foi superior, e em relação ao limite legal de 54,00% também foi superior. O gasto com pessoal acumulado nos últimos 12 meses mostrou-se inferior ao limite prudencial, bem como ao limite legal.
7. Conforme apurado junto as Secretarias, Departamentos e Setores, exceto quanto aos apontamentos específicos acima, os quais requerem atenção especial desta Administração, os demais atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pelos agentes públicos, bem como os registros e as demonstrações contábeis, apresentam-se de forma satisfatória, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
8. Quando solicitado, este controlador interno do Município, conforme suas atribuições e funções, orientou os servidores que o procuraram, atendendo cada um deles em seus questionamentos.
9. Requer-se especial atenção aos apontamentos não solucionados e também as recomendações feitas. Orienta-se ao senhor Prefeito que faça cumprir o que determina a lei municipal nº1.084, de 27 de maio de 2013, e ainda o decreto nº728, de 3 de junho de 2013, o qual a regulamenta, pois, alguns atos do Município não estão sendo publicados conforme mandamento legal.
10. Esta Controladoria coloca-se disponível ao que julgar necessário o Chefe do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 29 de novembro de 2013.

Adival Aparecido de Oliveira

Controlador Interno

MASP 14.003